

ESCOLA ESTADUAL JOÃO MICHELIN

**PROJETO PROPOSTO PARA DO DESAFIO 1.3 DO TORNEIO DESAFIO
JOVEM ENGENHEIRO (DJE): DJE022**

ADRIAN JOSÉ DE LIMA COUTINHO
LANA NATASHA ROMANO AMORIM
PATRICK ROBERTO DA SILVEIRA SANTOS
SAMUEL ROCHA DOS SANTOS

PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O AUTISMO

ITAÍ/SP

2022

ESCOLA ESTADUAL JOÃO MICHELIN

PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O AUTISMO

Este trabalho apresentado no Desafio Jovem Engenheiro (DJE), no ano de 2022, como requisito para a participação do desafio 1.3

ITAÍ/SP

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| 1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 5 |
| 1.1. UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 67 |
| 1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO É PROJETO..... | 8 |
| 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E UM BREVE CONTEXTO | 10 |
| 2.1.AUTISMO E CONTEXTO | 12 |
| 2.2. LEGISLAÇÃO E ALUNOS PORTADORES DEFICIÊNCIA | 14 |
| 2.3. DIREITOS EDUCACIONAIS E INCLUSIVOS PARA TEA | 17 |
| 2.4. AEE PARA ALUNOS COM TEA E AUTISMO NA SEDUC/SP..... | 18 |
| 2.5. DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 20 |
| 3. AUTISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 22 |
| 4. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO | 24 |
| 5. RESULTADOS | 26 |
| 6. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO | 27 |

INTRODUÇÃO

Os aspectos referentes a educação é um tema que está intrínseco a ação humana, ele é vivenciado por toda a trajetória histórica da humanidade, quando falamos em educação especial inclusiva ou mais especificamente em alunos com transtorno espectro autista (TEA) isso não se distingue e não se torna um tema mais simples ou complexo de dissertar, visto que isso faz parte de um movimento mundial, ou seja, permeados por questões políticas, culturais, sociais e histórica e educacionais, mas o essencial é compreender como esses aspectos contribui para o processo de ensino aprendizagem.

Entretanto, percebe-se que nas últimas décadas que as concepções de ensino com a temática da educação especial tem sido um desafio, e isso vem aumentando de forma rápida. Essa conjectura se fortalece devida aos grandes números de alunos que necessitam de olhar mais pontual, pois apresentam características muito complexas, como deficiências, defasagens no processo aprendizagem, com altas habilidades, e com o transtorno espectro autista. Essa dinâmica heterogênea tem aumentado a necessidade de políticas inclusivas e de aprimoramento pedagógico, para que os docentes, gestores e demais membro que compunham as estruturas educativas da escola possam ofertar ações mais pontuais a cada aluno ou aluna.

O presente documento tem a finalidade de apontar uma revisão bibliográfica sobre alguns apontamentos; a Educação Ambiental está ligada ao processo de aprendizagem dos alunos com TEA? Como a Educação Ambiental está inserido no cotidiano escolar? E o mais importante de tudo, qual o elo existente entre os temas?

O contexto da Educação Ambiental é de extrema importância para a sociedade ou até mesmo para a humanidade, visto que ela é remota, dês da Era Pré-Cambriana onde a relação entre os seres vivos e o processo de mudanças do meio já ocorria, isto é bem antes das existências de seres humanos. Porém na Era Plioceno, onde o ser humano passa a ser referência como ser vivo presente no ambiente no qual a evolução se inicia por meio dos processos de interação entre ambiente e os diversos seres, portanto surge as primeiras relações como a alimentação e as subsistências, e ao longo do processo de humanização do hominídeo é que outras relações como lidar, manter, conviver, preservar e mais complexas como o de sistema e ecossistema, dos valores históricos, econômicos e tecnológicos.

Portanto essa interligação entre os dois temas será descrita ao longo de todo desenvolvimento, porém o foco será os aspectos históricos, sociais e legislativos, além de reflexão a ressignificação dos conceitos em ambas partes.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A própria história do ser humano é permeada por conceitos de Educação Ambiental não estática, ou seja, ela vai mudando ao longo do processo e na qual as novas nomenclaturas e relações entre o ser humano e ambiente vão surgindo, ao fazermos um retrospecto das definições visualizamos muito bem as características de cada novo conceito.

De acordo com os momentos atuais as definições são embasadas nos diversos contextos como, por exemplo: nas leis, normas, nos órgãos ambientais que promovem políticas públicas e governamentais, arcabouço cultural, histórico e social.

A Lei Federal nº 9.795 define a Educação Ambiental como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (art.1º, Lei Federal nº 9.795, de 27/4/99).

Atualmente, as instituições públicas e particulares prezam pelo trabalho permeado por um desenvolvimento pleno do indivíduo, tanto em parâmetros cognitivos e socioemocionais, mas um ser humano que consegue desenvolver-se como indivíduo capaz de produzir produtos e serviços respeitando as reações entre o ambiente em que vive e de maneira harmoniosa também se desenvolve como ser completo nas questões ambientais, este perfil de ser humano está concretizado nas definições do Conselho Nacional do Meio Ambiente:

O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. (Grande Rio)

As definições são complexas e valorizam todo o processo histórico do indivíduo e sociedade, além de estar permeada por todas as relações entre o ato de aprender com os ambientes, visto que aprendizagem é algo complexo e processual, diante deste panorama, percebemos que a EA nas definições da Eco 92, embasa diversas produções científicas sobre o tema.

" A Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Sendo assim, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro." ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987)".

Em Educação Ambiental, não podemos deixar de falar da essencialidade existente entre a relação do homem e ambiente, ou seja, o ato de aprender está intrínseco as questões ambientais em que o indivíduo está imerso.

1.1 UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

A Educação é a prática da ação humana pois é desenvolvida em diversos espaços formais e informais de aprendizagem, desenrola-se via mecanismos edificantes fora das escolas oficiais mesmo que não sejam metodizados originam práticas educativas pertinentes, são os cenários da Educação Ambiental no nosso território.

O surgimento da Educação Ambiental brasileira se manifesta como algo não metodologicamente e estava ligado às atividades fora dos ambientes escolares específicos de componentes curriculares, algo mais prático e vivenciado pelo indivíduo, sem um arcabouço teórico e metodológico, específico de um ambiente escolar. Os movimentos brasileiros e estrangeiros nas décadas de 60 e 70, fortaleceram o processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, essa demanda surge com uma demanda para contrariar a EA conservacionista da época, segundo NUNES:

“A vertente conservacionista em Educação Ambiental se caracteriza por enfatizar forte ecologismo relacionando prioritariamente a proteção e a conservação de espécies vegetais e animais com ênfase na biologia. A origem biológica da ecologia conservacionista se situa no século XIX, influência do fascismo alemão, enquanto ideologia.” (NUNES, 2015).

O movimento ambientalista, surge na década de 80, e vários indivíduos se destacaram nesta luta pela emancipação democrática, eclodiram ações isoladas de docentes, alunos e militantes no âmbito das práticas educativas nos ambientes escolares, porém ainda estava longe de serem experiências concretas, isto é, era realizadas por ONGs, Sociedade Civil, Prefeituras e Governos Estaduais, com foco em conservação e melhoria do meio ambiente.

Em 1973, no Governo Médici nasce uma Educação Ambiental intrínseca no processo educativo formal, onde cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), esse marco brasileiro foi sendo fortificado por outros e em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabelece:

“necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.(Brasil, 1988)

A Educação Ambiental é referenciada em diversos marcos históricos, como a Política Nacional de Meio Ambiente tinha por base a Lei de Zoneamento Industrial e Poluição (Lei Federal 6.803/1980) e a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6.938/1981) ambas ainda na década de 80, porém subsidiou todas as reflexões sobre a demanda de integrar a mesma em todos os sistemas de ensino do território brasileiro, mas continuou no âmbito de discussões e com isso não concretizou-se projetos efetivos, só com a constituição de 88, onde a (PNMA), ganha a cena, isto é começa ganhar formas mais claras e objetivas, então surge a Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92, em seguida o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o IBAMA. Isso é oriundo da “Carta Brasileira para Educação Ambiental”.

No âmbito escolar é marcado por diversos documentos norteadores da institucionalização da educação nas escolas, porém foi oportunizado pelos PCNs, juntos com outros temas também emergentes na sociedade da época.

Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de às escolas e às comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade. (NUNES, 2015).

Percebe-se que a Educação Ambiental Brasileira, é permeada por diversos contextos históricos e políticos, não é um tema passível de ser esgotado em breve momentos de estudos. O que é evidente nos ambientes de estudo, é que ela ocorre de maneira organizada e sistematizada quando é proposta nos conteúdos escolares, está se desenvolvendo de modo interdisciplinar, permeada pelas práticas pedagógicas que vão além de ensinar o processo de conservar o meio ambiente, mas do indivíduo constituir-se de conhecimentos técnicos que permitam não só conservar, e sim intervir como sujeito político social nas questões ambientais.

1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO É PROJETO

A Educação Ambiental é algo complexo e muito vasto, além de ser presente em diversos contextos educacionais, diante disto o que é de extrema importância é discutir sobre as principais tendências para se concretizar nos ambientes escolares ou nos ambientes formais e quais benefícios que isso traz aos indivíduos presentes neste processo de aprendizagem da Educação Ambiental.

No contexto histórico sobre o tema, duas linhas mais comuns estão presentes na centralidade das discussões, uma delas é a Educação Conservadora que vai além dos projetos escolares, pura reflexão sobre a prática; não significa apenas coletar o lixo, reciclar, plantar mudas ou projetos momentâneos dentro dos espaços escolares. Nesta perspectiva conservadora

a EA não se preocupa em compreender a essência das causas ambientais, apresentam uma visão superficial, se preocupam apenas em reproduzir uma “Educação Ambiental” no grupo inserido.

O principal objetivo da Educação Ambiental Conservadora é despertar a sensibilização ecológica dos envolvidos, seu lema é “conhecer para amar e amar para preservar”. Essa maneira inicial de se pensar e realizar a Educação Ambiental encontra-se fortemente relacionada ao movimento ambientalista da década de 70 do século passado, tendo como referência a ecologia profunda.

(NUNES, 2015).

A referência da Educação Ambiental Crítica, por si só já se configura como sendo algo contrário a educação conservadora, assim dizendo que ela apresenta uma característica oposta, sendo mais pluridisciplinar, preocupa em transpassar as causas superficiais dos problemas ambientais, ou seja, busca compreender na totalidade o contexto que gera o problema ambiental. Esta terminologia crítica também é conhecida como emancipatória, referência está que faz ao grande Paulo Freire, em uma filosofia da autonomia da emancipação e crítica, isto é, o foco vai além da interação do ser humano e da natureza.

Nesse sentido, a Educação Ambiental Emancipatória propõe como objetivo realizar a crítica a Educação Ambiental Conservadora, desvelando o quanto suas práticas ingênuas ou reprodutoras de ideologias do sistema dominante impedem a percepção das causas dos problemas socioambientais. Objetiva, também, analisar a partir de uma visão socioambiental, política e econômica, que o problema da ecologia é real e já algum tempo, ainda, que existente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele. O modus operandi do próprio sistema do capital que é o causador dos pretéritos e atuais problemas socioambientais. (NUNES, 2015).

A dualidade entre as linhas da Educação Ambiental possibilita reforçarmos mais ainda que a EA é fundamental para o processo do desenvolvimento humano, por isso ela vai além de um simples projeto a ser desenvolvido nos demais ambientes, outro ponto que não podemos

deixar de ressaltar é que a Educação Ambiental vai além das práticas sensoriais, do contato físico com o ambiente, entretanto essas vivências sensoriais possibilitam a interação dos indivíduos que ainda não têm relações com as práticas ambientais bem estabelecidas, como crianças com alguma deficiência, mobilidade reduzida, comorbidades ou até mesmo as crianças iniciantes ao processo de alfabetização.

O sensorial é fundamental para o processo construção de sentido e até mesmo em situações mais complexas e abstratas com a Educação Ambiental Crítica, através do contato com as questões ambientais de forma mais vívida, que possibilita o indivíduo extrapolar a visão de que uma planta é um simples arbusto em um jardim ou espaço, ao pegar interagir com o mesmo, faz com que novas relações possam derivar deste momento, como questões econômicas; as cadeias produtivas; matriz energéticas; entre outros temas que podem ser trabalhados com um simples momento prático. O sensorial vai além do contato físico com os objetos, é um sistema complexo de órgãos sensoriais e sentidos, com a finalidade simples que é captar e sentir estímulos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E UM BREVE CONTEXTO

É importante abordarmos as diversas compreensões sobre indivíduos portadores de deficiências no percurso histórico da humanidade. Os portadores de alguma deficiência são tidos como pessoas “estranhas” ou dispares aos demais indivíduos considerados “normais”, diante deste cenário eles foram marcados pelo afastamento, expulsão ou retirada do convívio social além terem marcas de renegação social.

A deficiência foi por longos séculos, considerada como algo distante dos modelos “normais”, parâmetros estruturados pela visão da cultura que sempre elegeu critérios para homogeneizar a sociedade como um todo. Várias nomenclaturas foram sendo utilizadas para definir-se um indivíduo portador de alguma deficiência, destes termos pejorativos, preconceituosos e ultrajante, onde as pessoas com deficiência sempre necessitaram superar-se diante dos preconceitos e estruturas sociais excludentes. Como em episódios históricos em que crianças estadunidenses, não eram merecedores de educação formal, diante deste apontamento a maior dificuldade das crianças deficientes era conseguir ter o direito ao ingresso a educação.

Os motivos da assistência social e do controle eram interligados no funcionamento dessas instituições. Alguns líderes, da educação especial da época fizeram notáveis

esforços para promover a ideia de que todas as crianças, incluindo as deficientes, deveriam ter direito ao ensino (STAINBACK, 1999, p. 37).

Ao fim da década de 1700, Benjamim Rush foi pioneiro a principiar as concepções de uma educação para o cidadão com deficiência. Os espaços de atendimento aos alunos e suas especificidades foi crescendo ao longo do século XIX, mas ainda na década de 1950, existia algum termo ainda excludente como as “escolas comuns” que tinham como objetivo atender uma parcela das crianças sem alguma deficiência, já os afro americanos, nativos e deficientes, sofriam uma apartação gerada por só escolas para pessoas diferentes e surge então instituições residenciais que atenderiam os alunos portadores, esse atendimento excludente não oferecia auxílio aos alunos com déficits, eles eram deixados nas escolas comuns porém sempre aos fundos das salas onde os que apresentavam melhor desempenhos apresentavam-se como protagonistas.

O termo retardo mental ainda utilizado, foi um dos mais destacados na codificação de doenças intelectuais, termo que é depreciativo, em 1960 outro termo surge então “aluno excepcional”, cujo tinha a incumbência de apresentar aspectos positivistas do indivíduo afim de amenizar as ideias pejorativas sobre eles e outras nomenclaturas como intelectuais, cujo a ideia central era descaracterizar os sentidos das deficiências, essas e outras mudanças ainda perduram conforme os movimentos sociais vão sendo modificados. Por exemplo, na década de 80 o movimento de inclusão que apoiou em premissas de acesso a escolas regulares, valorização da diversidade, atendendo assim, princípios muito presentes como as disparidades sociais. Essas mudanças passaram a ser contempladas nos regimentos e estatutos das instituições de ensino.

No Brasil, essa trajetória não está desvinculada ao panorama mundial, pois no século XIX a descrição histórica sobre o tema era angustiante, como analfabetismo, escassez de vagas para as classes populares, e isso dificultava as iniciativas para o processo educativo de alunos com deficiência. A primeira constituição do Brasil, legislava que o indivíduo com “incapacidade física” era limitado de alguns direitos, entre eles, o político, logo não privava de ingresso a educação gratuita e para todos, as instituições acabavam não realizando esse acolhimento, porém como descrito inicialmente a sociedade já se realiza uma autoproteção dos deficientes, ou seja, os afastando das escolas.

O atendimento às pessoas com deficiências começou a melhorar ainda no século XIX, visto que esses serviços eram respaldados em experiências de educadores de outros países, porém

esses brasileiros mediante às iniciativas próprias começaram a buscar meios de atender os cegos, surdos, mudos, deficientes físicos e mentais onde começaram surgir algumas instituições próprias para eles, infelizmente só foi mais acessível após a proclamação da república, porém a eugenia da raça era muito forte, afim de que esses alunos não viessem a atrapalhar a educação dos demais.

As instituições específicas possibilitaram que os portadores obtiveram condições mínimas para viver e sobreviver em uma sociedade dita “Normal” e assim além de quebrar alguns aspectos como a exclusão ou confinamento, e melhorando os aspectos sociais necessários para aprimorar os aspectos, físicos, linguísticos, comunicativos, de raciocínio e interação.

2.1 AUTISMO E CONTEXTO

A palavra “autismo”, que tem sua derivação do grego, mais especificamente do termo “autos”, que em uma tradução mais simplista significa “voltar para si”, essa explanação feita por Silva, Gaiato & Reveles (2012). A obra ressalta quando esse termo foi empregado de forma primária por Eugen Bleuler, ainda no século XX, onde relatava em seus estudos às características de pessoas portadoras de esquizofrenia e uma das características marcantes era o isolamento ou apatia social.

Ainda no século XX, na década de quarenta, Leo Kanner expôs os padrões apresentados por um pequeno grupo de crianças, pois tratava-se de algo peculiar. Uma destas características era o fator do relacionamento interpessoal que era muito baixo ou inexistente, ausência de comunicação clara e coesiva, apego a objetos e possessividade em rotinas ou manutenção das características presentes em um ambiente ou espaço. Durante os estudos de Kanner, que ocorreram morosamente, mas fundamentaram o uso do substantivo utilizado nesta década, o psiquiatra utilizava o termo autismo primário à aquele que se instaurava ou era detectado dès do nascimento e o autismo secundário era o oposto, ou seja, era evidenciado em alguns anos após o nascimento da criança. E por um determinado tempo foi denominada como Síndrome de Kanner, essa homenagem perdurou por pouco tempo.

No ano de 1944, o pesquisador austríaco Hans Asperger publicou, em sua tese de doutorado, a psicopatia

autista da infância, um estudo observacional com mais de 400 crianças, avaliando seus padrões de comportamento e habilidades. Descreveu um transtorno da personalidade que incluía falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, monólogo, hiperfoco em assunto de interesse especial e dificuldade de coordenação motora (quadro que depois ficou denominado como síndrome de Asperger). (SILVA, GAIATO & REVELES, 2012, p.160)

Os diversos estudos sobre o tema possibilitaram debates e conseqüentemente surgiram diversos termos e definições para descrever os traços peculiares que as crianças apresentavam, um deles foi o uso da nomenclatura esquizofrenia infantil, citada por Loretta Bender, ainda outros termos foram surgindo, como pseudo retardados e psicose infantil. Porém por diversos estudiosos diziam que o autismo estava ligado aos aspectos de criação dada pela genitora e outros defendiam as ideias de que era apenas uma questão do ego da criança. Os estudos não pararam e novas características foram sendo percebidas e descritas, entre elas as questões neurológicas, como o rebaixamento cognitivo.

Uma das estudiosas sobre o assunto, no caso a inglesa Lorna Wing, que tinha vivências mais latente em seu seio familiar, já que sua filha tinha autismo, passou a se aprimorar mais nas literaturas científicas, uma das contribuições de Lorna, foi a descrição de sintomas elementares como a mudança nos aspectos sociais, na comunicação/linguagem e alterações comportamentais, e apontou com seus estudos as variações do grau e nível existentes entre os sintomas principais que cada criança com autismo, apresentam alterações nestes três campos, porém ele varia de indivíduo para indivíduo.

Já na oitava década do século XX, o autismo é categorizado como uma síndrome distinta da esquizofrenia, portanto isso possibilitou um tratamento mais direcionado, e deixado de ser tratado como psicose. Após estes marcos e a criação do DSM-III, manuais utilizados por profissionais das áreas da saúde mental e que são atualizados constantemente, e conseqüentemente apontam novas definições, nomenclatura ou grupos, essas alterações são marcantes como, por exemplo, no DSM III – R onde o autismo passa a ser classificado nos grupos dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, logo à frente o DSM – IV ele passa a fazer parte dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, onde se encontram algumas doenças degenerativas e em 2013 no manual DSM-V ele passa a fazer parte do grupo dos

Transtornos do Neurodesenvolvimento e também traz diferenciação para o TEA (Transtorno Espectro Autista).

As iconografias históricas relativas ao autismo no Brasil, não diferem de outros celebres movimentos sobre o autismo no contexto mais universal, ela é marcada por trabalhos mais sociais ou organizacionais, como referência é a instituição Amigos dos Autistas (AMA), criada e reconhecida na década de 80 em meio a momentos obscuros sobre o tema, essa associação tem como foco o acolhimento, a informação e tratamento, portanto as premissas desta instituição foi possibilitar aos portadores do autismo os direitos fundamentais.

Outro fator fundamental no Brasil foram as legislações, a Lei nº 12.764, no qual apontam alguns direitos fundamentais como atendimentos iguais, tanto nas particularidades da educação, ou seja, ser assíduo nas classes regulares, quanto a da manutenção a saúde e a vida, em seguida surge mais um referencial específico para os portadores de TEA, vários documentos que tem como norte as políticas de educação especial inclusiva, salienta a função do docente para realizar as intervenções pedagógicas, realizam o diagnóstico e o prognósticos e direcionar as ações pedagógicas que proporcione incremento nos aspectos cognitivo, todavia esse suporte singularizado era mais instantâneas deficientes intelectuais, e a partir de 2008 as outras modalidades de especializações foram sendo agregadas entre os alunos com TDG e TEA, entre ele os Autistas.

Conseqüentemente a inserção de autistas , e um diminuto recorte da demanda inclusiva de pessoas com deficiências, mas quando abordamos os aspectos educacionais, percebe-se diversas resoluções, leis, organizações sociais e filantrópicas, convenções, congresso e órgão municipais, estaduais, federais e mundiais que vêm discutindo a relevância da execução de políticas inclusivas , porém percebemos o quanto essa dinâmicas não depende dos aspectos legislativos, mas sim de uma estrutura muito complexa de política variada, pois permeamos os aspectos culturais, religiosos, políticos, familiares e sociais, ao longo deste panorama histórico, percebemos que o foco tem sido o de reconstruir novas referências educacionais para discentes com TEA.

2.2 LEGISLAÇÃO E ALUNOS PORTADORES DEFICIÊNCIA.

Ao abordarmos os aspectos legais não poderíamos deixar de apontarmos o sumo ordenamento jurídico brasileiro, que vigora desde 1988, a denominada como a 7ª Constituição traz uma reestruturação democrática após o período militar, no qual trouxe avanços com o

Sistema Único de Saúde (SUS), código civil e legislações específicas para crianças e adolescentes, porém seu objetivo primordial é propiciar o bem de todo cidadão sem preconceito ou discriminação.

Os fundamentos da igualdade, inviolabilidade a direitos fundamentais e necessários para condições humanas está delineado no (Artigo 5º) da Constituição Federal de 1988. Já nos (Artigos 205º e 206º, CF) deste mesmo documento abordam as questões específicas ao Direito a Educação e as condições de acesso e permanências nas unidades de ensino.

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”(BRASIL,1988).

Por conseguinte, a Constituição de 1988 garante a todos educandos o acesso e permanência no ensino regular e preferencialmente no âmbito público embasado nos princípios da igualdade e além de que ele seja amparado em seus direitos fundamentais, não devendo ser ou sofrer discriminação mesmo em contexto de alguma deficiência ou comorbidade.

Outras leis também foram grandes marcos jurídicos e de inclusão de alunos com deficiência, nas unidades escolares além de aprimorar o processo integrativo, uma delas legislações é a Lei de nº 7.853, de 24 de outubro de 1989:

“I - Na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;” (BRASIL,1989).

As presentes Leis fazem apontamentos no tocante às matrículas, inclusões nos sistemas educacionais e a criação da modalidade Educação Especial que atende as especificidades dos educandos portadores de deficiências, por meio de programas, materiais, espaços educativos com as classes hospitalares, ou seja, todos os benefícios necessários a qualquer educando sendo deficiente ou não, além da caracterização de crime a recusa de matrícula a alunos deficientes em qualquer nível de ensino.

Quanto a Declaração de Salamanca (1990), está é mais em âmbito universal, um tratado entre vários países, elas apresentam as garantias de acesso aos alunos de qualquer faixa etária, por meio de políticas equalizadoras para portadores de quaisquer deficiências, essa declaração só vem ratificar os diversos princípios presentes nas legislações brasileira e reforça os elementos de acesso à educação para pessoas portadoras de deficiências.

A Lei de nº 9394/96, norteadora sobre os princípios das demais legislações brasileiras e internacionais, descreve que o ensino de pessoas com deficiência no qual tem de acontecer preferencialmente nas unidades de ensino regulares, sendo esta incumbência do estado e da família oportunizar o desenvolvimento dos estudantes, preparando e tornando cidadão de direitos e deveres.

No estado de São Paulo, há a oferta de modalidades de ensino que possibilite o atendimento deste aluno na rede regular de ensino, exemplos são Salas de Recursos, Professor Itinerante, Classes Hospitalares e Atendimento Escolar Domiciliar, onde são regidas por resoluções específicas e complementares.

A SEDUC do Estado de São Paulo, tem atualmente vigente a Resolução SE 25, de 1-4-2016 e Resolução SE 68, de 12-12-2017 no qual elas apresentam as diversas especificidades do atendimento aos alunos portadores de deficiência da rede de ensino e fazer valer os aspectos da inclusão, promoção e acesso às redes de ensino públicas e privadas.

2.3 DIREITOS EDUCACIONAIS E INCLUSIVOS PARA TEA

A ótica dos direitos fundamentais previstos nas diversas legislações, entre elas a constituição federal de 1988, mais especificamente no artigo 5º, no qual descreve os cidadãos pátrios brasileiros em um eixo de igualdade de direitos e deveres, e na inviolabilidade destes que chama atenção nesta constituição é o fator de acolhimento, de regulamentação as estruturas básicas e sociais, políticas e culturais. Este documento possibilita as reflexões sobre as pessoas portadoras de deficiências, seja ela múltipla ou mais específica como intelectual, física, visual, auditiva, ou classificada como transtornos, entre outras, que foge dos padrões sociais e culturais, esse documento também traz uma ruptura a segregação destes alunos, ou seja dando-lhe os direitos ao acesso às escolas regulares.

O ensino para indivíduos portadores da educação especial, foi pautado em ensino sucedâneo às classes regulares, onde culminaram nas criações de instituições específicas, ou seja, conhecidas como escolas especiais. Essa estruturação foi baseada na dicotomia entre o que normal e anormal, onde a sua característica era mais evidenciada pelos atendimentos terapêuticos e menos pedagógicos.

Na Era Imperial Brasileira a criação de duas instituições, resumem o panorama descrito anteriormente, uma instituição específicas para cegos, IBC- Instituto Benjamin Constant, antigo Instituto dos Meninos Cegos e o INES- Instituto Nacional dos Surdos Mudos, conhecido anteriormente como Institutos dos Surdos Mudos, cujo o atendimento era necessário para acolher os portadores de deficiências, porém elas apresentavam um caráter mais específico que realizava acolhimento aos portadores de deficiências, porém essa dinâmica de atendimento foram se lapidando ao longos do século XX, onde surgiram outras instituições como a Pestalozzi e APAEs, mas o desígnio era apenas para atendimentos a crianças com deficiência intelectual ou deficiência física, o foco era atendimento multidisciplinar, não apenas os aspectos pedagógicos mas todo os atendimentos terapêuticos e fisioterápicos para estimular os desenvolvimento destas crianças e adolescentes.

Por meio da disseminação de políticas nacionais de educação especial, onde enfatiza o acesso de pessoas com deficiências em classes denominadas comuns para os deficientes que possuem condições de realizar as atividades pedagógicas ou atividades escolares com o mesmo ritmo dos demais, mas esse documento não valoriza as diversas potencialidades, possibilitando acesso heterogêneo. Em 1996 a LDB, no artigo 59, salienta sobre o acesso ao ensino com metodologias, procedimento pedagógico e currículo, para que tenha suas expectativas educacionais atendidas, e outro fator que é possível a partir deste marco legislativo é processo

de terminalidade, para os casos mais pervasivos que não conseguem progredir ou adquirir os níveis propostos para o ensino fundamental, além da celeridade dos estudos para alunos que com superdotação.

Os princípios educativos SEDUC do São Paulo, no qual ocorre o oferecimento a diversas modalidades de ensino na rede regular, para atender as premissas e as singularidade de cada deficiência, para que a inserção, seja alicerçada por fundamentos pedagógicos, a SEDUC legitima as Classes Hospitalares, Atendimento Domiciliar, Professor Itinerantes e Sala de Recursos, essa concretização foi disposta pela Resolução SE 25, de 1-4-2016 e Resolução SE 68, de 12-12-2017, no qual explícita todos os parâmetros, para que a inclusão seja fortalecida e acolhida, já que o fato das crianças portadoras do transtorno espectro autista, necessita de uma atenção mais pontual, pois as dificuldades vão além dos aspectos cognitivos ou seja o social, pois neste ambiente não flui apenas conhecimento científico, mas relações sociais mais complexas, onde as diferenças como ser aceito ou aceitar o outro se amplifica em um laboratório das interações sociais, mas esses ambientes escolares devem estar preparados para iniciar um processo de inclusão.

Podemos perceber diversos documentos norteadores para o processo inclusivos, as literaturas vão destes aspectos terapêuticos, educacionais, e científicas, isso ocorre com os aspectos legais e legislativos de diversa esferas, seja ela estadual, ou de outra ordem administrativa, mas tem uma magnitude muito relevante para o processo de imersão desde alunos nas classes regulares.

2.4 O AEE PARA ALUNOS COM TEA E AUTISMO NA SEDUC/SP

O acesso de crianças deficientes sempre existiu, porém, essa demanda de ensino tem aumentado. A comorbidade mais comum eram as deficiências físicas, mas isso foi se reestruturando e outros alunos com algum tipo de necessidade especial ingressaram nos ambientes escolares e conseqüentemente surgiram crianças, adolescentes e jovens com deficiências, visuais, intelectuais, auditivas e múltiplas. Diante da diversidade e da complexidade de cada deficiências, é fundamental uma dinâmica de atendimento mais específica para cada aluno da educação especial.

A mudança de diversos paradigmas, entre eles a ótica do estranhamento, que estava ligado ao sentimento de despreparo para conduzir um processo de ensino de aprendizagem, ou seja, nas questões relacionado ao processo de formação docente, pois a partir de premissa da

“Educação para Todos”, presente em diversos documentos entre eles as legislações educacionais brasileiras e paulista, os professores sentem a dificuldade de atender a demanda da educação especial, pois muitos apresentam a formação básica, além desta formação ser tradicional e que muitos curso da área da educação ofertam poucas disciplinas especifica da educação especial. De acordo com a Portaria nº 1793/94:

Art.1.º Recomendar a inclusão da disciplina
“ASPECTOS ÉTICO-POLITICOEDUCACIONAIS DA
NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA
PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”,
prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em
todas as Licenciaturas.

Essa portaria é fundamental para o atendimento dos anseios dos docentes quanto ao processo formativo necessário para o aprimoramento metodológico e de atendimento destes alunos, pois é fundamental o conhecimento e as especificidades de cada tipo de doenças, quais são seus entraves no desenvolvimento das habilidades e competências.

Quando falamos em inclusão de alunos com TEA é algo muito prematuro, e isso ainda é fator de preocupação para os profissionais da educação e dos familiares, visto que os anseios da escola estão ligados as dinâmicas de suporte educacional, tanto nos aspectos intelectual, pedagógicos e ambientes físicos, muitos autistas têm sua socialização prejudicada, esse fator é mais predominante em casos mais pervasivos, isso dificultam o processo de aprendizagem, pois as intervenções para os alunos com Transtorno Espectro Autista. Já os anseios familiares estão mais no âmbito do processo de inclusão, ou seja, se seus pupilos serão realmente aceitos pelos colegas, funcionários, uma segunda expectativa e se os alunos vão conseguir evoluir no seu processo de ensino.

A Resolução SE 68, de 12-12-2017, apontam algumas premissas para o atendimento dos alunos público da educação especial, em seus artigos, incisos e parágrafo ela salienta sobre a organização dos ambientes físicos, estrumações, princípios pedagógicos, questões avaliativas, modalidade de atendimento como Sala de Recursos, itinerância, classes hospitalares, além dos aspectos de formação de docentes e aprimoramento pedagógico. A figura central desta resolução é a figura do professor especializado, no caso das demais deficiências o atendimento especializado já se encontra mais consolidado, porém quando tratamos de TEA, os alunos estão em processo inclusivo, já que esse público está polariza na educação infantil que vai 0 a 5 anos

e no 1º ano ao 9º ano ensino fundamental por se uma modalidade muito recente e esse índice e muito pequeno no ensino médio.

As salas de recursos e os professores especializados são eixos fundamentais no processo inclusivo nas classes regulares, pois os autistas apresentam peculiaridade específicas, durante o processamento e assimilação dos conteúdos, além inúmeras aptidões por áreas de conhecimento, são resistentes mudança, tem apego a rotinas específicas e pontuais. Essas dificuldades são instrumentos específicos para reconstrução do processo pedagógico, esse fator de acolhimento, estruturação das suas rotinas, além da figura do coordenador pedagógico que auxilia nos aspectos pedagógicos e adaptativos são necessários para uma mobilização para o processo de agregar esse aluno na dinâmica escolar.

A SEDUC/SP articula o atendimento aos alunos portadores de alguma necessidade especial por meio de atendimentos específicos, como uma sala e recurso específico para cada deficiência, no caso de aluno com TEA; há uma oferta de apoio específico, professor de AEE e adaptações curriculares a serem desenvolvidas nas aulas regulares, e nas salas de recursos em outro turno, onde é ofertado um ensino pautado em desenvolvimento de habilidades necessárias para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Nesta mesma dinâmica há possibilidade do aluno também ser atendido em itinerância, nestes casos são alunos que estudam em outras unidades escolares que não comporta o espaço físico para a sala de recursos, diante desta demanda o docente realiza o atendimento por meio de itinerância.

Portanto as premissas da educação especial na rede estadual paulista quanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem ganhando mais espaços nos diversos ambientes escolares, essa mudança de paradigma, pautado por políticas públicas, debates, formações e planejamento, outro fator primordial é a mudança de visão sobre os alunos da educação especial, onde percebe-se que mesmo das dificuldades eles são capazes de aprimorar seu cognitivo e social por meio de atividades escolares.

2.5 O DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O diagnóstico de TEA, é algo complexo e demorado, portanto, causa as expectativas aos familiares, que conseqüentemente passam a conhecer mais sobre o assunto e buscar mais recursos para que possibilite o indivíduo portador de TEA, ter uma qualidade de vida. E quando esse diagnóstico é fechado faz com que as famílias que se preparam com antecedência sintam se mais engajados no processo de aceitação e conseqüentemente apresentam menos resistência,

enquanto as famílias que não apresentam essa proatividade na busca de informação demoram mais em aceitar os diagnóstico e conseqüentemente os portadores de TEA tem menos acesso aos espaços escolares, políticas públicas e atendimento adequado para os avanços intelectual e socioemocional. Percebe-se que o desequilíbrio familiar é mais latente nestas famílias que apresentam mais resistência e aceitar o diagnóstico, pois estão postas em suas concepções vários rótulos, informações infundadas e preconceitos sobre o termo Transtorno Espectro Autista, o que proporcionará essa quebra de conjectura e apenas o acompanhamento dos membros deste núcleo familiar, pois só assim ele desconstruirá e reconstruirá as suas concepções sobre TEA.

Nos diversos contextos históricos referentes a educação especial, há diversas mudanças, desde o século XIX, onde poucos alunos portadores de algumas deficiências frequentavam instituições específicas, ou seja, não era misturados com denominadas “normais” e o que eles recebiam nestas instituições como questões de ensino aprendizagem era apenas para socialização, integração e aprimoramento comportamental, os aspectos intelectivos sempre eram transferidos para uma segunda esfera. Mas para que realmente ocorresse o processo inclusivo na sua totalidade, foram necessárias as mudanças de paradigmas, principalmente nos aspectos dos conhecimentos cognitivos, além de compreender a real função das instituições escolares, que é o ensinar os conhecimentos, científico, cultural e proporcionar aos alunos a autonomias para uso destes saberes, caso ela não esteja centrada no seu papel ela está fadada a apenas em ser uma instituição de acolhimento e não de ensino aprendizagem.

Em síntese as premissas educacionais do século XX e XXI o processo inclusivo no âmbito educacional não podem estar embasadas em ideias retrogradadas do século XIX, onde não há valorização do desenvolvimento cognitivo da criança. Quando falamos em educação especial nas escolas estaduais paulistas, vemos os esforços dos gestores das unidades escolares e de outras esferas estaduais em desenvolver ações que venham a romper com essas visões ultrapassada, para quebrar essa ideia o foco da SEDUC é no atendimento as diversas especificidades de cada tipo de deficiência, onde a Resolução SE 68, de 12-12-2017, traz essa premissas estaduais e norteia todo o processo inclusivo dentro da rede paulista de ensino, principalmente pelo aspectos organizacionais, administrativo e pedagógico.

Assim, ponto inicial que almejamos por meio deste estudo que conseguimos compreender e analisar, como ocorre o atendimento aos alunos portadores de TEA e como são amparados nos aspectos educacionais e de políticas inclusivas nas escolas estaduais paulistas, por meio de instrumentos jurídicos que alicerçam a melhoria dos padrões de ensino para essa

modalidade educacional, ou seja, aos alunos da (AAE), não apenas nos aspectos de políticas inclusivas do âmbito do espaço físico, mas de todos os demais eixos, como materiais, recurso, métodos e pedagógico. Elementos primordiais para promover a educação com equidade, respeitando as diversidades de cada nível dos alunos com TEA. Pois essa atenção pedagógica deve ser respeitada pois o transtorno espectro autista acompanhará o aluno em toda sua trajetória escolar, portanto cada aluno autista é único, pois tem seu grau ou nível, suas estereotípias e suas peculiaridades, além de que, isso depende de diversos fatores, como ocorreram os estímulos antes de serem incluídos no ambiente educacional, do nível de comprometimento, mas esse no sentido de limitações, outro fator importante o nível de interação que este alunos tem para com seus pares ou professores, isso também faz se necessário para que esse processo educativo ocorra de forma mais assertiva. Por isso não é possível escolher um único procedimento, estratégias pedagógicas ou métodos de ensino, isso é muito variável, pois o desenvolvimento nunca será regular para os autistas, ele será potencializado se for atendidos as suas necessidades educacionais e cognitivas. Ao longo destes estudos percebemos o quanto a legislação paulista, mais especificamente do âmbito da SEDUC vem preconizando esse olhar inclusivo e com equidade aos portadores de TEA.

3. AUTISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O indivíduo pouco peculiar para os parâmetros sociais, chama se atenção pelo modo pouco interacionista, isto é, faz a opção por ficar isolado, necessita de rotinas bem preestabelecidas, não gosta que a ordem do seu ambiente seja alterada ou seja uma criança vista como alheio aos demais, mas com muitas potencialidades.

O autista tem seus sentidos como um canal de estímulos muito latente e intenso e isso possibilita estabelecer as relações de vivência e aprendizado, por meio do tato, visual, audição, paladar e olfato, ele vai firmando seu processo de como aprender, isto é, descobrirá suas potencialidades de forma coesiva, onde inicia também o processo de autonomia para o autoconhecimento, percebendo-se como parte do ambiente em que vive, podendo buscar uma qualidade e vida mais abrangente e não aquele mais comum que se isola e vive apenas em seu mundo, permeia vários outros de acordo com sua autonomia.

As metodologias para o ensino para TEA são extensas, são permeadas por múltiplos fatores, como adaptações curriculares, currículos funcionais, níveis de autonomia, níveis de interação além de fatores sociais do indivíduo. A Educação Ambiental é uma ferramenta de

extrema importância no processo de ensino de aprendizagem de alunos com alguma deficiência e também o TEA.

A socialização de crianças com TEA, podem ser estimuladas com jogos, brinquedos, imagens, esquemas e práticas não abstratas, já a Educação Ambiental viabiliza esse processo mais lúdico e interacionista, porém esta metodologia requer muita atenção e preparo, além de um levantamento das habilidades, já desenvolvida.

Denota-se ainda que, o meio ambiente por meio de sua fauna, também se mostrou eficaz quando relacionado ao tratamento do autismo, a exemplo da equoterapia, que utiliza cavalos como procedimento no tratamento de crianças especiais, principalmente as diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA) onde, muitas vezes, a terapia com cavalos apresentou-se como o próprio agente terapêutico transformador, não agindo somente como um simples animal (NAVARRO, 2016).

A Educação Ambiental no âmbito escolar ou em instituições de atendimento a alunos portadores de TEA, fortalece as características multidisciplinares, pois os temas são abrangentes e muito práticos, como confecção de berçários de germinação de plantio, cuidados de animais, conservação do meio ambiente, jardim, orquidários, cuidado de animais domésticos, jogos de materiais recicláveis, construção de painéis, visitas de campo, terrários, experimentos científicos, higiene pessoal entre outros.

Os ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazem uma referência global sobre objetivos que mais de 100 países assumiram como foco nas questões políticas, econômicas e sociais que envolvem a pobreza, saúde, meio ambiente, segurança e bem estar, não podemos deixar de destacar a interface da EA e os alunos com TEA estarem imersos em algumas ODS, como questões evidentes e clara de um processo inclusivo.



Figura 1: OS 17 ODS: <https://www.piscodeluz.org/desenvolvimento> -

O ODS de número três chama a atenção pelas questões da boa saúde e bem estar, no tocante as prevenções das patologias, por diversos agentes causadores das mesmas, como doenças causados por poluição, produtos químicos, pandemias, epidemias entre outros que assolam a população em diversos contextos, diante deste objetivo de desenvolvimento sustentável, devemos observar que a criança autista tem o direito de usufruir destes princípios políticos que melhorem o acesso a tratamentos específicos, qualidade de vida e o diagnósticos. O objetivo número quatro também é uma latente no tocante à dualidade existente entre a Educação Ambiental e o TEA, pois o acesso à educação de qualidade entre outros presentes nestes ODS, reforçam a interligação da Educação Ambiental como metodologias ativa no processo de aprendizagem dos alunos com autismo.

A Educação Ambiental no ambiente escolar contribuiu para a melhoria da qualidade de ensino, como descrito acima, vai além de pequenos projetos momentâneos, ele está intrínseco os diversos componentes curriculares, e no caso do autismo é uma metodologia ativa rica pois possibilita a interação de forma prática com o meio, facilitando assim a compreensão de temas as vezes complexo e abstratos.

4. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Inicialmente foi realizado uma reunião para apresentação do desafio com o líder do grupo e os demais integrantes da equipe, logo após este momento iniciou um estudo para verificar quais ações poriam ser contemplados no desafio 1.3, visto que os temas a serem abordados são pertinentes e de extrema importância no ambiente escolar.

No dia 09 de maio de 2022, segunda-feira, nos reunimos com o PCG, professor Coordenador Geral de nossa escola para que pudéssemos apresentar alguns dados sobre os dois temas, onde ele apresentou o quantitativo de alunos especiais matriculados nas escolas, quais as principais deficiências. Outro ponto abordado foi a questão da Educação Ambiental, que procuramos auxílio de alguns professores para aprimorarmos nossos estudos, o professor coordenador Alex colocou sobre as questões dos ODS, e salientou que a Educação Ambiental está inserida de forma multidisciplinar no contexto escolar, tanto do currículo do ensino fundamental e médio. E após a reunião o grupo optou por montar uma revisão bibliográfica, objetivando em desenvolver ações mais específicas de estudos nos momentos formativos da unidade escolar.

No dia seguinte, foi dividido em equipes de trabalho para a elaboração da proposta do desafio, onde o líder Samuel e mais dois integrantes no caso Patrick e Adrian iniciaram o processo pesquisar os artigos, teses e trabalhos de conclusões sobre o tema, vídeos, livros entre outros documentos que subsidiassem a prática de revisão bibliográfica. E a integrante Lana ficou com toda a parte de leitura, resumos, sínteses e registros das informações, isto é, a escrita do trabalho.

No terceiro dia de trabalho da equipe a Integrante Lana, realizou uma reunião com os demais integrante, onde apresentou algumas ideias, que seria sintetizar os questionamentos e conforme fossem sendo construindo os tópicos de embasamento teórico os demais membros auxiliariam no processo de reescrita caso fosse necessário, em linhas gerais os trabalhos estão focados em apontar as definições sobre os temas, as legislações e os percursos foram surgindo ao longo da história sobre o tema.

No quarto dia, a integrante Lana já havia elaborado diversas produções e então o foco foi a apresentação aos demais membros de equipe afim de socializar e reconstruir as informações de forma clara e compreensível. O trabalho inicialmente ficaria mais denso do que em informações porém o foco foi em reduzir os textos extenso, mas sem fugir da essencialidade do mesmo.

E na sexta feira dia 13, finalizamos os entrelaçamentos das produções que cada membro havia ficado responsável, além do encerramento do projeto escrito.

5. RESULTADOS

A equipe *JM-FOUR ENGINEERS* almeja que os responder algumas questões de extrema importância para a comunidade escolar, além de buscar entender o elo existente na Educação Ambiental e o autismo (TEA), o que mais chamou atenção ao longo deste desafio é como os temas se pareciam não ter ligações, mas com o processo de pesquisa realizado ao logo foram fazendo sentido os apontamentos feitos para o referido estudo.

Quanto aos aspectos da Educação Ambiental, no contexto acadêmico ela precisa acontecer de forma intencional e não pode estar ligada apenas aos projetos momentâneos, pois ao longo da situações mais superficiais o aluno não há a compreensão de uma Educação Ambiental emancipadora, onde ocorre o desenvolvimento mais amplo do cidadão, isto é leva a entender na essencialidade o real sentido que a ação está sendo proposta, não apenas a conservar o ambiente, portanto o aluno compreenderá o contexto, a causa, os efeitos, os recursos e como resquício desta ação de educação ambiental mais profunda, desenvolverá habilidades mais solidificadas.

Na escola E.E João Michelin a Educação Ambiental faz parte dos diversos componentes curriculares, não apenas nas aulas teóricas, ela é reforçada e estimulada nos espaços não convencionais também, principalmente nas ações das aulas como as de eletivas, clubes juvenis, tutoria, projeto de vida, tecnologia e orientação de estudos. E no Ensino Médio que se destaca sobre o tema além desses, são os componentes curriculares do itinerário formativo, esse sim se está explicitamente o trabalho com a Educação Ambiental, como a matéria de Energias Limpas, Zoonoses, Saúde Pública, e Estatísticas e Água: Solvente Universal, isso reforça o trabalho mais aprofundado com a EA.

A Educação Ambiental é uma ferramenta fundamental para o processo de aprendizagem dos alunos, seja ele com deficiência ou não, o que chama atenção é que o portadores de TEA isso faz de necessário pois possibilita articular os conhecimento por meio das práticas interacionista entre o ambiente e ao aluno, ou seja, ele consegue por meio de suas habilidades já adquiridas, estimular outras, como as sistematização dos conhecimentos abstratos, no estabelecimento das relações interpessoais e ambientais, isto é integrar a criança nas ações escolares de maneira autônoma em aspectos motores. Ao final deste momento de estudos percebemos o quantos os dois temas são complexos impossíveis de serem esgotados em apenas um trabalho, porém faz se necessário a continuidade das reflexões afim de apontar novas políticas públicas capazes de atender as demandas educacionais no âmbito brasileiro.

6. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

CHASSOT, A. **Alfabetização Científica – Questões e Desafios para a Educação**. Ijuí: Editora Unijuí. 3ªed. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 1.793, de 27/12/94**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28/12/1994. Seção 1. p. 20767. Brasília, Imprensa Oficial, 1994

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989**. - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 05 novembro. 2020.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p. disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> > acessado em abril de 2011.

BRASI. **Política Nacional de Educação Ambiental LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. disponível em: Acessado em Abril de 2011.

CHASSOT, A. **Alfabetização Científica – Questões e Desafios para a Educação**. Ijuí: Editora Unijuí. 3ªed. 2003.

GRANDE.R **Definições de Educação Ambiental**. Disponível em: < http://www.granderioambiental.com.br/img/educa/01_06_10_DefinicoesdeEducacaoAmbienta.pdf > acesso em: 13 maio de 2022.

NUNES, M. **Entre a hegemonia do conservadorismo e a possibilidade da educação ambiental crítica da crítica.** disponível em <

<https://www.ambientelegal.com.br/educacaoambiental-no-brasil/> > acessado em maio de 2022.

NAVARRO, P. R. **Fonoaudiologia no contexto da Equoterapia: um estudo Neurolinguística de crianças com Transtorno do Espectro Autista.** 2016. 145 f. Tese (Doutorado em Fonoaudiologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. SÃO PAULO. **Resolução SE nº 68, de 12-12-2017.** Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 13 dez. 2017. Poder Executivo - Seção I, p. 35.

SILVA, A. B. B. & GAIATO, M. B. & REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999

UNICAMP. **Normalização de Trabalhos Acadêmicos.** Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/sbu/normalizacao-de-trabalhos-academicos/#>> acesso em: 28 abril de 2022.